



## **Reconfigurações políticas e apropriação tecnológica: a relação ambivalente dos movimentos sociais com o desenvolvimento das comunicações<sup>1</sup>**

Helena Martins<sup>2</sup>

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

**Resumo:** Este artigo, parte da pesquisa que desenvolvemos sobre os usos dos meios de comunicação pelos movimentos sociais, discute o lugar da comunicação nas disputas políticas, bem como os usos das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) por parte dos trabalhadores integrantes do MST, no contexto da realização do 5º Congresso Nacional do Movimento, em 2007. Considera a disputa de imaginários que vivenciamos na sociedade contemporânea e o lugar privilegiado ocupado pelos meios de comunicação nas ações políticas. Aponta os limites da apropriação daquelas tecnologias e a manutenção da divisão social do trabalho, que impõe limites à ruptura com os lugares fixados para receptores e produtores no processo comunicativo.

**Palavras-chave:** Comunicação; Política; Mídia; Tecnologias.

### **1. Reconfigurações políticas e seus impactos nas ações dos movimentos sociais**

A intensa disputa de imaginários que vivenciamos está relacionada ao desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), que gerou a ampliação do acesso a telefones fixos e portáteis, aos computadores e à internet. Equipamentos já presentes nos lares brasileiros, como televisão e rádio, tornaram-se ainda mais disseminados. A presença da mídia na sociedade foi acentuada e, em decorrência disso, também a influência dos conglomerados midiáticos – o que pode ser percebido em aspectos políticos, mas também no que tange às sociabilidades, pois modos de comportamento e de consumo passaram a ser difundidos largamente. Por outro lado, as TICs estão sendo utilizadas pelos movimentos sociais para divulgar reivindicações, um processo que se dá simultaneamente à apropriação tecnológica por parte dos trabalhadores, que visam a serem também produtores de informação.

De acordo com distintas vertentes teóricas, o crescimento do poder da mídia não é um processo recente, mas ele ganhou novos contornos nas últimas décadas. Já em 1961, J. Habermas, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, trouxe um longo apanhado histórico sobre as relações estabelecidas entre imprensa e sociedade e deixou claro que, desde seu surgimento, a imprensa serviu ao poder político e incidiu sobre a tematização dos debates que versavam sobre questões de interesse do público. Segundo o filósofo alemão, especialmente durante a fase do capitalismo mercantilista, a imprensa

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Professora Temporária da Universidade Federal do Ceará. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: mb.helena@gmail.com



desenvolveu impressionante força, pois, por meio dela, passaram a circular informações sobre mercadorias e comércio. “A troca de informações desenvolveu-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias.” (HABERMAS, 2003, p. 35). Na esteira das mudanças em curso, diz Habermas (2003, p. 36), “[...] a imprensa logo se tornou sistematicamente útil aos interesses do poder administrativo.”.

As mudanças na imprensa e o desenvolvimento da publicidade e do jornalismo opinativo corroboraram com o papel de esfera pública atribuído aos meios de comunicação, levando a uma mudança substancial da própria natureza dessa esfera. Com isso, embora funcionando a partir da lógica mercadológica, os jornais assumiram o papel de condutores de informação. Progressivamente, os meios de comunicação ocuparam o lugar da tradicional esfera pública, bem como o das instituições que eram responsáveis pelo agendamento das discussões, como escolas, partidos políticos e o próprio parlamento. Diante disso, Habermas (2003, p. 207) afirma que “O mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública”; do que resulta não uma opinião pública, mas um “clima de opinião”.

Outros estudos destacaram prioritariamente a dimensão simbólica e representacional assumida contemporaneamente pela atividade política. Sobressaem, aqui, as contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu, para quem os sistemas simbólicos, como o sistema de conhecimento e o de comunicação, exercem um poder estruturante na sociedade. “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*” (BOURDIEU, 2010, p. 08, grifo do autor), do que decorre sua importância no mundo atual. Bourdieu afirma que classes e frações de classe disputam, também simbolicamente, a definição do campo social, o modo de fazer ver e crer o mundo e, conseqüentemente, o modo de agir sobre ele:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação que os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a 'domesticação dos dominados'. (BOURDIEU, 2010, p. 11)

Como afirmado, apesar das variáveis analíticas, as distintas teorias admitem que o poder midiático de influenciar a opinião, intervir nas discussões e construir visões de mundo ganhou novos contornos com a mundialização do capital, pois ela tornou mais compartilhar não só moedas e valores, mas também símbolos e domínios. Essas



transformações não estão alheias às disputas políticas, ao contrário. Nos anos recentes, houve a entrada de novos atores na cena pública; a problematização de diversos e novos temas; além da fragilização das fronteiras do próprio Estado.

A expansão cada vez mais acelerada do capital, em cuja base encontram-se as novas tecnologias, traz sérias consequências à política. Não se trata, pois, apenas de novas maneiras de interligar o mundo, mas de experimentá-lo e organizá-lo. Pesquisas do campo da comunicação acrescentam que o que ocorre hoje não se iguala aos acontecimentos desencadeados pela organização das estradas, pelo desenvolvimento dos transportes ou mesmo de tecnologias como o telégrafo, pois as atuais tecnologias da informação e da comunicação (TICs) não estão apenas aproximando longínquos recantos, mas sim criando um novo regime de visualidade pública, marcado pela construção midiática dos fatos sociais.

Modificações técnicas, econômicas e políticas igualmente são deflagradas pelo paradigma analógico-digital que rege a sociedade ocidental contemporânea, conforme Muniz Sodré (2010). Essas alterações podem ser exemplificadas pela redução das barreiras materiais e comerciais que organizavam os mercados; a formação de conglomerados a partir da fusão de empresas especializadas em áreas específicas; a fragmentação e dispersão da produção. Elas, contudo, não atingem todos da mesma forma, pois permanecem as desigualdades que marcam e sustentam o atual sistema.

O acesso às tecnologias é diferenciado por fatores diversos, dentre os quais a condição econômica, geográfica, de gênero e de alfabetização. Em que pese tais contradições, nesta nova configuração social, as comunicações assumiram o papel de principais mediadoras das relações sociais e da percepção do mundo. A midiaticização, forma particular de interação baseada na tecnologia e no mercado, adquiriu feições difíceis de precisar. Deu-se, com isso, a transformação da pauta de interesses; das referências formadoras da consciência e de seus modos operativos; dos processos de construção da realidade (SODRÉ, 2010, p. 09).

Mostra dessa mudança pode ser percebida na pesquisa de Bruno Comparato (2001, p. 109) sobre os enfrentamentos que ocorreram entre o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o MST. O autor constatou que as principais estratégias usadas por FHC para combater seu opositor estiveram relacionadas à imagem que era construída pela opinião pública acerca do Movimento. De acordo com Comparato, com o apoio das empresas de comunicação, o governo buscou desqualificá-lo; descaracterizá-lo como movimento social e criminalizá-lo. Por outro lado, o MST



procurou dar respostas à representação construída sobre ele, através da produção de meios próprios, como o portal na internet<sup>3</sup> e a *Revista Sem Terra*<sup>4</sup>, dentre outras ações.

Além desta disputa por representação, outras transfigurações estão em curso, como a configuração de uma cultura política centrada no consumo de imagens; a organização dos discursos de acordo com a gramática dos meios e a realização de ações voltadas aos públicos dos meios de comunicação, o que verificamos ao analisar o 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em 2007, que teve como lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”. Considerado a instância deliberativa máxima do Movimento, o congresso apresenta uma série de indícios dessas mutações que a comunicação traz à atividade política.

Ao longo do primeiro semestre daquele ano, o MST utilizou o Jornal Sem Terra, a Revista Sem Terra e o site que possui na internet para preparar o evento, mobilizar seus integrantes e divulgar a linha política que ali seria consolidada. A dinâmica do dia a dia do congresso também mostra a importância conferida aos meios de comunicação e às estratégias de divulgação do encontro. Uma rádio itinerante foi produzida, levando ao ar informações diversas; teatro, música e outras apresentações artísticas tiveram espaços específicos para veiculação; comissões para trabalhar com cada área da comunicação foram formadas, possibilitando a produção de tipos diversos de meios.

A preocupação com a repercussão levou à preparação prévia das falas da Direção Nacional, que expressaram opiniões consensuais, expondo o Movimento como um todo homogêneo. A programação do encontro foi composta por conferências, manifestações de solidariedade e muito simbolismo, expresso desde a decoração do espaço de realização do congresso, o ginásio Nilso Nelson, que parecia ter sido tingido de vermelho. Elementos icônicos marcavam o local e ganharam destaque no Jornal Sem Terra, cuja capa trouxe foto da mística de encerramento do encontro.

Também no ginásio constavam símbolos de organizações parceiras, além de centenas de bandeiras do MST, faixas com palavras de ordem e um grande painel produzido pelos próprios militantes. Além dos ícones, a principal ação pública componente da programação do congresso, a marcha que ocupou uma grande avenida da capital federal, também teve forte dimensão simbólica. Denunciando o imperialismo e a imobilidade da Reforma Agrária no Brasil, a marcha não objetivava, por exemplo,

---

<sup>3</sup> Surgido em 1996, o portal [www.mst.org](http://www.mst.org) recebe cerca de 5.000 visitas diárias, segundo material lançado pela Secretaria Nacional do MST por ocasião da passagem do aniversário de 25 anos da organização.

<sup>4</sup> A Revista Sem Terra, lançada em 1997, é um periódico bimensal que surge para divulgar as ações do MST especialmente para apoiadores do movimento e formadores de opinião.

reivindicar a formação de comissões de negociações ou obter respostas acerca das demandas apresentadas. Sua existência pode ser entendida como uma demonstração pública de força, parte da busca por visibilidade.



Figura 1 Capa do Jornal Sem Terra (06/2007)



Figura 2 Marcha do 5º Congresso Nacional do MST.

Notemos, por exemplo, a descrição dela feito pelo jornalista Pedro Carrano, do Jornal Brasil de Fato, veiculada através do site do MST:

A caminhada passou por outros três locais, onde foram levantadas questões essenciais para a luta dos trabalhadores. A marcha se deteve pela primeira vez em frente à embaixada dos Estados Unidos, onde um forte aparato de segurança estava montado. Lá os trabalhadores fizeram a denúncia do imperialismo estadunidense. **Caixões revestidos de panos negros** foram expostos durante a passagem de toda a multidão. Neles estava escrito o número de mortos deixados nas guerras travadas pelos Estados Unidos contra outros povos. Logo depois, uma **faixa foi deixada no Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, com um protesto para que o judiciário reconheça as mais de 60 ações populares questionando o leilão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Nesta semana, o STJ está julgando um pedido de reclamação da Vale, hoje a segunda maior mineradora mundial, que exige a extinção das ações populares que acusam a venda da companhia de irregularidades.

Em frente ao prédio do Itamaraty, a multidão de trabalhadores protestou contra a política de intervenção do governo Lula no Haiti. O trajeto culminou na Praça dos Três Poderes, com a denúncia coletiva da lentidão do executivo, legislativo e judiciário para realizar a Reforma Agrária. **Uma imensa faixa cobriu o monumento da Praça**, com os dizeres: “Acusamos os 3 poderes de impedir a Reforma Agrária”. (CARRANO, Marcha do MST denuncia imperialismo e imobilidade da Reforma Agrária<sup>5</sup>. Jornal Brasil de Fato, 2007, grifo nosso)

Os pontos culminantes da marcha foram as exposições de caixões e de faixas; os locais escolhidos para as paralisações, como a Embaixada dos Estados Unidos, mostram que se objetivava expor a crítica; já as faixas deixadas pelos manifestantes revelam o intuito de chamar a atenção, enquanto os usos das camisas e bonés vermelhos apontam a

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/870>> Acesso: mai. 2011.



busca da reafirmação da identidade Sem Terra, mas também da construção de uma imagem repleta de plasticidade, pronta para ser registrada (ver figura 02).

Em outra notícia do site do MST, lemos: “O evento será uma **grande festa** para comemorar as conquistas dos trabalhadores Sem Terra nos últimos 23 anos, **demonstrando a unidade** dos integrantes do movimento **e o apoio** da sociedade à luta pela Reforma Agrária” (MST, Congresso do MST reúne 17 mil em Brasília<sup>6</sup>, 2007, grifo nosso). No mesmo texto, fica claro que o momento é destinado à publicidade, pois as discussões, iniciadas em novembro de 2006, já haviam sido finalizadas, como expressa a notícia já citada: “Diante das mudanças, o MST vai concluir e apresentar à sociedade uma proposta alternativa para o campo brasileiro, intitulada 'A Reforma Agrária necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira.'”.

Tudo isso assinala o diálogo existente entre a gramática da política e a da mídia, uma negociação que, conforme temos demonstrado, não está restrita a esse acontecimento em particular. De acordo com Dias (2007), na sociedade contemporânea:

A política passa a não estar mais restrita aos espaços clássicos (rua, parlamento, praça), mas a vazar para a tela da televisão e da Internet, para as páginas dos jornais, para as ondas do rádio. Isso não significa somente a ampliação dos espaços pelos quais a política passa, mas sim que a política moderna não existe mais distanciada dos espaços midiáticos. (DIAS, 2007, p. 206. *In*: FERREIRA; VIZER (Org.), 2007).

Atos como o que ora analisamos, portanto, atendem à necessidade de tornar públicas as demandas e a própria existência dos movimentos sociais. São fatos construídos também para gerar outros fatos. No planejamento deles, há uma preocupação tal com a linguagem e com os modos de funcionamento das mídias que faz com que, por exemplo, busque-se agendar ações tendo como base o melhor horário para a cobertura da imprensa, uma lógica que não escapa ao próprio MST. Considerar tais aspectos não deve nos levar a resumir a ação ao interesse pela mídia ou a caracterizá-la como negativa. A demonstração pública de força é importante para a negociação política, para pressionar governantes e, em última instância, para a disputa de hegemonia. Ademais, com esses atos “simpáticos”, busca-se o apoio da sociedade e trava-se a disputa ideológica, parte essencial dos embates políticos contemporâneos.

Gomes (2004, p. 112) ressalta que esse lugar privilegiado da mídia não deve levar ao menosprezo da política feita “na rua”, mas à complementariedade entre rua e mídia, pois “[...] hoje vivemos em sociedades de fluxo contínuo, intenso, acelerado e

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/843>> Acesso: mai. 2011.



multidirecional de informação política”, do que resulta um redimensionamento da importância do sistema midiático em meio aos demais que, juntos, segundo o autor, compõem o sistema político. Já Albino Rubim afirma estar ocorrendo uma crise da política; crise esta fruto da inadequação entre a atividade política oriunda da modernidade e seu lugar de exercício, a “[...] contemporaneidade, conformada por outras espacialidades e campos de força.” (RUBIM, 2003, p. 01).

A comunicação e, especialmente, a mídia, de acordo com Rubim, devem ser entendidas não como instrumentos, mas como elementos estruturantes da sociedade, cujas influências são perceptíveis nas formas de sociabilidade vivenciadas atualmente. Embora aponte as problemáticas geradas pela dita globalização, o autor ressalta que essa inquestionável presença da comunicação resulta em configurações que não são apenas negativas. Para ele, a sociedade contemporânea mostra-se tanto uma nova fronteira do capitalismo quanto lugar de novas lutas políticas emancipatórias.

Isso “[...] não significa, sem mais, que a política das ruas seja eclipsada ou meramente substituída pela tela e por suas formatações políticas afins. Em vez disso, podem ocorrer redefinições, nas quais o reposicionamento dos elementos depende sempre de campos de forças singulares existentes.” (RUBIM, 2003, p. 10). As instâncias tradicionais da política, como partidos, sindicatos e movimentos sociais, portanto, devem buscar constituir um relacionamento outro com os meios de comunicação, afinando rua e tela na construção de novas táticas de intervenção.

Internamente, sobretudo após a formação de seu Setor Nacional de Comunicação, nos anos 2000, o MST tem aprofundado a análise das relações entre comunicação e sociedade, o que observamos, dentre outros<sup>7</sup>, no documento “Hegemonia, Política, Comunicação e Cultura”. Fruto de um dos primeiros cursos realizados na Escola Nacional Florestan Fernandes, o texto diz objetivar “[...] demonstrar como, neste momento histórico, a hegemonia das classes dominantes é sustentada por uma estratégia de difusão de valores através dos meios de comunicação.” (MST, 2005, p. 01). E mais: “Queremos demonstrar o papel que a cultura e a comunicação assumem e, da mesma forma, porque a comunicação e a cultura são fundamentais para construir uma hegemonia dos trabalhadores.” (MST, 2005, p. 01).

No documento, entendimentos acerca das articulações entre capital e Estado;

---

<sup>7</sup> Uma análise do conjunto dos documentos do MST sobre comunicação pode ser conferida em: MARTINS, Helena do R. Barreto; NUNES, Márcia Vidal. **Das ideias que se fazem gestos: sensibilização, formação e produção de novas ações comunicativas**. Trabalho apresentado ao XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011. Disponível em: <<http://compos.org.br>>.



cultura e comunicação são as bases de sustentação da análise sobre a função política que assume a concentração midiática na sociedade contemporânea, exemplificada na fixação da imagem dos movimentos sociais como violentos, atrasados, desarmônicos. Alicerçado por essas denúncias, provoca: “A questão a ser pensada é: por que aceitamos de forma natural, por tanto tempo, a idéia de que o domínio dos meios de produção da TV, do cinema, das rádios, do teatro, é inerente à classe dominante?” (MST, 2005, p. 8), e arremata: “Transformar a comunicação e a cultura são tarefas para se construir uma hegemonia da classe trabalhadora hoje.” (MST, 2005, p. 9).

Com vistas à alteração desse quadro, aponta-se como necessário o questionamento do que designa como a “lógica do espetáculo”, pois esta, ao separar produtores e espectadores em polos distintos, faz com que estes últimos construam uma vivência baseada no consumo dos bens culturais produzidos por outros. Para romper essa lógica, defende-se que uma ação contra hegemônica deve pretender recriar a cultura popular, o que “[...] significa que ela precisa estar a serviço da emancipação dos seres humanos, onde o povo assuma o papel de protagonista e produtor das expressões culturais.” (MST, 2005, p. 05).

A proposta da criação de uma nova cultura a partir da ação dos próprios trabalhadores está em todos os documentos que analisamos. Neles, há, de forma recorrente, o apelo à necessidade de formação técnica e política na área, pois o Setor de Comunicação objetiva que os próprios militantes possam se apropriar das técnicas e linguagens e conquistar a autonomia para produzir os próprios jornais, revistas, peças de teatro e conteúdos audiovisuais. Nesse sentido, diversas formações foram realizadas ao longo da trajetória do MST, processo que teve seu ápice em 2009, quando o Movimento iniciou o curso de Jornalismo da Terra, junto à Universidade Federal do Ceará<sup>8</sup>.

## **2. Trabalhadores e produtores**

Os meios de comunicação vinculados aos movimentos sociais são espaços privilegiados por não estarem submetidos às lógicas e interesses que norteiam os meios de comunicação hegemônicos e por terem a possibilidade de trazer à tona visões de mundo vinculadas às classes ora subalternas. Mas não só. A potencialidade deles também reside no que podem vir a significar de mudança na cultura política da

---

<sup>8</sup> A Universidade Federal do Ceará, junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desenvolve o curso de Jornalismo da Terra. Este é o primeiro curso de jornalismo destinado aos integrantes de movimentos sociais, o que se dá através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. O curso reúne sessenta assentados de diversos estados do país, o que possibilitou à autora desta pesquisa o diálogo com diferentes sujeitos vinculados ao MST.





militância, através da apropriação dos temas por eles abordados e das técnicas de produção, portanto da superação de determinada divisão do trabalho.

Tal divisão se torna efetiva a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho espiritual, de tal modo que são forjadas duas categorias de indivíduos dentro da mesma classe: “Uns serão os pensadores dessa classe (os ideólogos ativos, que teorizam e fazem da elaboração da ilusão que essa classe tem de si mesma sua substância principal), ao passo que outros terão uma atitude mais passiva e mais receptiva em face desses pensamentos e dessas ilusões” (MARX, 1998, p. 49), oposição que pode gerar uma cisão dentro dessa mesma classe.

Ao contrário, um projeto de transformação radical da sociedade não deve naturalizar o fato de que apenas a alguns seja dada a possibilidade de refletir e produzir conhecimento, até mesmo porque, seguindo o entendimento do materialismo histórico, o pensamento dos indivíduos, ao se constituir de modo distinto da prática realmente existente, resultaria em uma série de teorias apartadas das condições históricas objetivas, sendo incapaz de impulsionar o desenvolvimento da vida material concreta. “Além disso, a divisão do trabalho implica também a contradição entre o interesse do indivíduo isolado ou da família isolada e o interesse coletivo de todos os indivíduos que mantêm relações entre si” (MARX, 1998, p. 28).

Para abolir a dominação, portanto, é preciso superar a fixação das atividades ociais, permitindo que homens e mulheres exerçam, por exemplo, as tarefas de agricultores ou de jornalistas, sem se fixarem em nenhuma delas. Tal preocupação é recorrente nos estudos sobre comunicação alternativa ou comunitária. Mario Kaplun (1996), por exemplo, considera que, em uma prática comunicativa que vise à educação dos sujeitos envolvidos, deveria ser vienciado um processo no qual haveria “[...] *no más emisores y receptores sino EMIRECS; no más locutores y oyentes sino inter-locutores.*” (1996, p. 70). Downing (2002) advoga a existência, no que chama de mídias radicais, de uma audiência ativa, isso é, de um público que também elabora suas mensagens. Já Peruzzo (2004) afirma que há várias formas de participação nessas mídias, desde aquelas limitadas à feitura de mensagens até processos mais vastos, relacionados à concepção, planejamento e gerência política delas. A autora avalia que um maior envolvimento ocorre quando o participante não só produz, mas discute o meio de comunicação, opinando, escolhendo, discutindo e produzindo, isso é agindo ativamente.

Conforme já citado, documentos do MST expressam o imperativo de fazer com que todos os trabalhadores passem também a ser produtores de comunicação e de



informação, rompendo com a fixação deles ao papel de receptores do processo comunicativo. Entretanto, diversos fatores nos levam a concluir que, durante o 5º Congresso do MST, essa ruptura permaneceu sendo mais um objetivo a ser alcançado que uma experiência vivenciada. As autorias dos textos analisados ao longo de nossa pesquisa, por exemplo, revelaram o precário envolvimento da diversidade de militantes que compõem o MST em sua produção jornalística. No site e no jornal, poucas matérias são assinadas. Naquelas em que os autores são explicitados, há o predomínio da produção por parte de jornalistas contratados ou que colaboram voluntariamente para com o Movimento. Também constatamos a presença de textos escritos por integrantes da Direção Nacional do MST, mas não localizamos a assinatura de nenhum militante da base – que, aliás, pouco aparece como fonte das notícias. Já na Revista Sem Terra, a situação é ainda mais aguda. Considerando-se as seções escolhidas para nosso estudo, vimos que todos os textos de “Entrevista”, “Política”, “Economia”, “MST” e “Estudo” são assinados ou por dirigentes nacionais ou por jornalistas que trabalham com o MST.

As respostas ao questionário que aplicamos junto a quinze atuais integrantes do Setor de Comunicação do Movimento Sem Terra confirmam a especialização e divisão do trabalho ocorrida durante o congresso. Dentre aqueles que participaram diretamente das atividades de comunicação do encontro, tivemos a seguinte distribuição de tarefas:

ATIVIDADE	GRUPO 1 (Número de citações)	PERCENTUAL
Rádio Brasil em Movimento	IIII	41,6%
Assessoria de imprensa	III	25%
Audiovisual	I	8,3%
Agitação e Propaganda	I	8,3%
Marcha (citada por um militante como tarefa de comunicação)	I	8,3%
Mística	I	8,3%

Tabela 1 - Atividades desenvolvidas pelos integrantes do Setor de Comunicação do MST, durante o 5º Congresso Nacional.

Não houve uma única referência à produção dos materiais impressos do Movimento. Mesmo em atividades com alguma participação desses militantes, como a assessoria de comunicação, a divisão de tarefas entre especialistas e não especialistas foi perceptível, pois estes foram encarregados de monitorar a mídia e acompanhar os jornalistas, enquanto àqueles coube a produção de *releases*, dentre outras ações.

Como vemos na tabela, a participação da militância ocorreu majoritariamente na produção da rádio poste, cuja programação variada acolheu programas feitos por



crianças, mulheres e até pelos cozinheiros do evento. A diferença de suportes também contribui para essa conformação, visto que a linguagem falada é mais acessível à população em geral que a escrita. Conforme explica o jornalista e militante do MST, Igor Felipe: “Os limites da participação na comunicação do MST são os limites gerais da militância do MST. Boa parte da nossa militância teve experiência concreta com rádio, desde os assentamentos, desde os acampamentos, até porque tem a questão da linguagem oral, por isso tem um gosto até por esse tipo de comunicação.”<sup>9</sup>. Para ele:

Esse é um desafio, porque a participação da militância em nossas frentes depende muito de onde ela está inserida no seu cotidiano, da tarefa concreta que ela tem no seu espaço. Então, as pessoas que vieram trabalhar em assessoria, elas atuavam em assessoria no seu espaço, mas não necessariamente elas faziam só aquilo, ou tinham uma formação de jornalista para exercer as atividades, não necessariamente realizam todas as tarefas formais de uma assessoria de imprensa, como nós realizamos a nível nacional. Por isso os grandes momentos do Movimento também são grandes espaços de formação, porque às vezes esse assessor de imprensa, ou a pessoa que também exerce essa função, quando participa de uma ação como essa, toma contato com o conjunto de atividades que da assessoria de imprensa a gente faz, com o clipping, com o termômetro, com a forma de atendimento, com o envio dos *releases*, os telefonemas. Então eu acho que tem esse processo de formação das equipes. É bastante heterogêneo e é muito rico, exatamente por isso é muito rico. (FELLIPE, Igor. 2011).

A atuação dos profissionais formados não é, por certo, um problema. Muitos deles, inclusive, possuem uma relação de militância orgânica junto ao MST ou a outras organizações políticas. Ademais, consideramos que o jornalista, que é um trabalhador, também pode contribuir para difundir valores contra-hegemônicos e organizar a luta social, valendo-se do importante papel de mediador que desempenha atualmente. O que problematizamos é a ausência de outros sujeitos nessa produção, algo que comprova a dificuldade de se efetivar as propostas apresentadas nos documentos do Movimento e de superar o lugar de espectador conferido historicamente aos setores mais pauperizados.

A participação na produção das ações de comunicação permite a integração dos produtores ao universo do Movimento e, com isso, a organicidade e a renovação da militância. Ela também possibilita o conhecimento aprofundado dos fatos e discussões, contribuindo com a reflexão e, potencialmente, com a desconstrução dos valores dominantes, o que é essencial para a construção de uma contra-hegemonia. Vale ressaltar que, seguindo o entendimento gramsciano, não há como existir uma ação consequente e unificada, sem que se tenha uma concepção nova e integral de mundo partilhada entre os integrantes de determinado grupo. Isso se dá através da construção

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida à autora em novembro de 2011.



ideológica, para as quais coopera decididamente o que o filósofo sardo conceituou como intelectual orgânico, sujeito forjado pela própria classe e que promove maneiras de pensar. Esse papel pode ser ocupado por todos os homens, pois todos são intelectuais, já que não há atividade humana desprovida de pensamento, embora existam graus variáveis de atividade intelectual (GRAMSCI, 1989, p. 07-08).

Para Gramsci, “No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual.”. Hoje, essa afirmação é ainda mais pertinente. Com o avanço tecnológico e certa midiaticização da sociedade, apropriar-se das tecnologias é tarefa premente para os sujeitos políticos. Além disso, o estado das técnicas e o estado da política não estão apartados, ao contrário. “A história fornece o quadro material e a política molda as condições que permitem a ação.” (SANTOS, 2001, p. 142).

No quadro atual, as técnicas das quais dispomos “[...] oferecem a possibilidade de superação do imperativo da tecnologia hegemônica e paralelamente admitem a proliferação novos arranjos, com a retomada da criatividade.”, de acordo com Milton Santos (2001, p. 165). Nesse sentido, os sistemas técnicos contemporâneos, embora criados no bojo da industrialização e do imperialismo, podem ser radicalmente alterados e recriados para objetivos outros. As tecnologias podem deixar de ser usufruídas pelo capital para passarem a servir aos homens e ao processo de transição social:

Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem ao território e ao cotidiano. De um ponto de vista existencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação. (SANTOS, Milton. 2001, p. 85).

Apesar de tamanha potencialidade, temos que considerar que não foi para os movimentos sociais que a maior parte da tecnologia, ou mesmo toda ela, foi urdida. Por isso, alcançar esse estágio de domínio da técnica para utilizá-la em prol de outras finalidades, superando e reconvertendo as lógicas internas do próprio avanço tecnológico, ainda é uma tarefa posta para os movimentos sociais. Tal problemática veio à tona nos questionários feitos junto à militância do MST, através dos quais partes dela informou que a maior deficiência percebida nas ações de comunicação do 5º Congresso esteve vinculada à deficiência na formação técnica e na falta de equipamentos:



DEFICIÊNCIAS PERCEBIDAS	GRUPO 1 (Militantes que participaram das atividades de comunicação)	GRUPO 2 (Atuam na comunicação, mas que integravam outros setores em 2007)	PERCENTUAL
Deficiência na formação técnica	III	II	33,33%
Pouca participação da militância	I	III	26,66%
Falta de equipamentos	I	II	20%
Faltou divulgar mais a diversidade cultural e das experiências	-	II	13,33
Preparação das equipes poderia ser antecipada	I	-	6,6%

Tabela 2 – Deficiências percebidas na comunicação do 5º Congresso Nacional.

É interessante perceber que, quase que contraditoriamente, o principal avanço considerado pelos militantes foi a organização da Brigada de Audiovisual da Via Campesina e, através dela, a feitura do primeiro filme produzido totalmente pelo MST, intitulado “Lutar Sempre”, de vinte e cinco minutos de duração, bem como a produção da Rádio Brasil em Movimento, conforme apresenta a tabela abaixo:

AVANÇOS PERCEBIDOS	GRUPO 1	GRUPO 2	PERCENTUAL
Fortalecimento da Brigada de Audiovisual e produção do filme “Lutar Sempre”	IIIIII	I	21,21%
Produção da Rádio Brasil em Movimento	IIIIII	II	21,21%
Fortalecimento do Setor de Comunicação, com maior envolvimento da militância	III	II	15,15%
Visibilidade ao MST ou à sua capacidade de organização	I	III	12,12%
Pautar a imprensa, contrapondo-se à grande mídia	III	-	9,09%
Fortalecimento da produção de meios próprios	-	II	6,06%
Circulação interna de informações	I	I	6,06%
Visibilidade ao Congresso	I	-	3,03%
Fortalecimento das ações de agitação e propaganda	I	-	3,03%
Registro das atividades	I	-	3,03%

Tabela 3 – Avanços percebidos na comunicação do 5º Congresso Nacional.

### 3. Conclusão

De modo geral, a preparação e o dia a dia do 5º Congresso revelaram uma preocupação especial com a comunicação, sem que com isso tenha se dado o abandono da política tradicional. Assim, não seria pertinente reduzir a complexidade de um encontro como o que analisamos ao trato com a mídia ou ao objetivo de repercutir as



ações e o próprio Movimento, todavia é salutar perceber que a negociação entre as distintas gramáticas – da mídia e da política tradicional – atravessou a realização do congresso e contribuiu para ampliar a denúncia do agronegócio, alvo prioritário da contraposição do Movimento, e fixar o evento como instrumento de pressão política. Afinal, vivemos em uma sociedade em que os fluxos de informação e comunicação não só são mais intensos, como mais influentes no jogo político.

A pesquisa mostrou a ambivalente relação do MST com a comunicação. Se, por um lado, há uma crescente preocupação com a visibilidade de seus atos e o uso da comunicação nas ações políticas, por outro, permanecem as dificuldades de ter acesso integral às tecnologias de informação e comunicação, bem como aos meios de comunicação hegemônicos. Na última tabela, por exemplo, o aumento da visibilidade do MST e do Congresso na mídia ocupam patamares inferiores aos registrados na produção do filme e da rádio, ainda mais se somarmos as referências à produção de meios próprios. A relação com esses meios continua sendo pensada desde uma ótica negativa, trata-se de acompanhar os jornalistas para evitar que façam distorções ou de conseguir espaços para apresentar uma contraposição ao discurso hegemônico. Isso mostra que o desenvolvimento das tecnologias não tem sido acompanhado pela ampliação do pluralismo ou da participação dos distintos segmentos da sociedade nos meios que conseguem chegar a um maior contingente populacional.

Por outro lado, fato é que o patamar de contato com as tecnologias já não é o mesmo dos anos 80 e 90, quando era difícil acompanharmos uma rádio levando programação própria, ao vivo, aos militantes em um encontro, assim como praticamente impensável assistirmos, através da internet ou de DVDs, a um filme produzido por trabalhadores rurais. Diante disso, inferimos que há um processo em andamento, no sentido de possibilitar a ampliação do acesso à tecnologia e até mesmo das técnicas jornalísticas, o que mostra possibilidades para a superação da divisão do trabalho que condiciona alguns à reflexão e outros à reprodução dela.

#### **4. Bibliografia**

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo Perspec. vol. 15, n.4, 2001, p. 105-118.



DIAS, Raquel de Souza. Tematização e circulação de enunciados em mídias radicais, de organização e informativas pelos movimentos de resistência global. *In*: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (Org). **Mídia e Movimentos sociais**. São Paulo: Paulus, 2007.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: SENAC, 2002.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era de Comunicação de Massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública** – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. RJ: Tempo Universitário, 2003.

KAPLUN, Mario. **El Comunicador Popular**. 2ª. Ed. Buenos Aires: Editora Lumen-Hvmanitas, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MST, Setor Nacional de Comunicação e Coletivo Cultura do. **Hegemonia, Política, Comunicação e Cultura**. Brasília, 2005.

PERUZZO, Cicília M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998

RUBIM, A. C. **O lugar da política na sociabilidade contemporânea**. Salvador, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.